

## Reencontros:

A museologia como instrumento da reconstrução da memória social  
(Painel 41 )

Pedro Pereira Leite<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo propõe uma reflexão da museologia social como ferramenta na resolução de processos de conflitualidade nas comunidades através da ativação da memória social. A dor dos entes que partem choradas no emboneiro são também modos de olhar o futuro. Fazem parte dos rituais do ciclo da vida e do renascimento no corpo social, onde as partes do todo são sucessivamente reconstruídas no devir. São modos de expressão das partes de um todo sem autonomia ontológica.

As memórias sociais enquanto representações dos processos ontológicos construídos nas comunidades transportam o conhecimento sobre as experiências sociais partilhadas e tornadas conscientes em cada presente como expressão duma vontade de futuros.

A proposta da análise da sociomnese na comunidade parte da ativação da consciência da experiência para construir ações socialmente partilhadas. Partimos da proposta da renovação da museologia e duma análise sobre os estudos da Paz enquanto prática emancipatória, para propor uma prática de gestão de conflitos alicerçada na tradição africana. Neste artigo vamos mostrar como a utilização da sociomnese se constitui como ferramenta de investigação-ação que integra a expressão das heranças das comunidades e dos territórios na construção dos seus processos sociais. Depois de ilustrar alguns processos de reconstrução de memórias a partir das partilhas das heranças comuns, vamos procurar demonstrar a validade da utilização da museologia social na resolução dos conflitos e na reconstrução dos processos socioculturais das comunidades.

**Palavras-Chave:** Museologia, Intersubjetividade, Resolução de Conflitos, Estudos para a Paz, Poética

### 1. A Museologia e a resolução de conflitos.

O processo de renovação da museologia procura dar resposta às seguintes questões. Em primeiro lugar de saber se a proposta da sociomuseologia pode ser mobilizada como instrumento de intervenção social na resolução de conflitos que decorrem dos processos de globalização; e em segundo lugar, decorrente da sua positividade, como é que pode ser mobilizada como instrumento de intervenção social, isto é como é que a poderemos operar com contributo para resolução de conflitos?

No conflito, que é um estado inerente aos indivíduos e aos grupos que se expressam por oposições disjuntivas, pode ser resolvido por dominação ou negociação. Qualquer uma das respostas, nas suas diversas *nuanças* implica a necessidade de se gerar uma proposta de ação. A situação de conflito pode então caracterizar-se como a eclosão de uma rutura, violenta ou não, dos compromissos e entendimentos no campo social. Um processo onde a ordem hegemónica deixa de influenciar, conscientemente ou não, as relações sociais. Um conflito pode-se definir como um ponto de não retorno num determinado processo social, cuja resolução implica uma

---

<sup>1</sup> Museólogo (PhD). Diretor de Muss-amb-ike – Espaço de Memória. Investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (FCT BPD/76601/2011). Casa.muzambike@gmail.com

passagem para um processo de escala diferenciada. O conflito desencadeia uma lógica transcalar.

A ação sociomuseológica é uma intervenção sobre fenómenos museológicos que ocorrem no espaço e no tempo construída sobre processos de conhecimento. Sobre esses fenómenos a sociomuseologia propõe como resposta analítica um processo e uma prática museológica. O processo museológico constrói-se com base na ativação das heranças patrimoniais para criar uma ação da sua representação como fenómeno. A Prática museológica por seu lado ancora-se no sistema epistemológico dos sujeitos. O processo sociomuseológico afirma-se como a mobilização das comunidades e dos seus territórios para a construção duma ação participada sobre a sua vontade de futuro como consciência do mundo. A ação museológica faz parte integrante do processo constituindo-se como sua componente dinâmica que enforma e é influenciada pelo processo de transformação.

Resolver conflitos com o instrumento da sociomuseologia implica mobilizar os objetos socialmente qualificados (objetos patrimoniais, heranças, memórias) construídos por uma representação cartografada do devir. Implica procurar os pontos de fratura, para a partir deles procurar cerzir e construir uma ação de futuro. A rutura tem que ser superada pela reelaboração da ordem do passado numa outra vontade de futuro. Uma vontade inclusiva da comunidade e dos seus processos de conhecimento e pensada sobre os recursos desse território no quadro do mundo de relações globais.

A proposta da sociomuseologia para a resolução de conflitos constitui-se então como um processo para ultrapassar as ruturas que eclodiram entre comunidades, que se manifestaram de formas intensas, no espaço e no tempo. A proposta da sociomuseologia para resolução de conflitos parte do reconhecimento da diversidade dos fenómenos que ocorrem no espaço e no tempo num dado território, das diversidades dos saberes e dos conhecimentos, para a partir deles propor novos processos de partilha dos objetos socialmente qualificados como vontade de futuro.

Vamos então analisar a proposta de Pierre Mayrand (2009)<sup>2</sup> expressa no manifesto para uma “*Alter Museologia*”. Nesse texto e noutros do autora que apresentam uma reflexão ativa e comprometida na museologia de Pierre Mayrand, levanta um conjunto de questões sobre o papel das estruturas museológica nas sociedades contemporâneas, no âmbito daquilo que temos vindo a refletir como a problemática da “Função Social dos Museus” Este texto permite-nos refletir sobre alguns dos limites e das potencialidades das instituições museológicas, dos processos museológicos contemporâneos e da ação do museólogo.

O texto inicia-se com a interrogação sobre a possibilidade dos museus serem “locais de reconciliação”, locais de ação política cultural onde ocorrem diálogos facilitadores de sínteses e compromissos que alavanquem premissas de ação. Nessa perspetiva, os espaços museológicos e os processos museológicos podem ser abordados como espaços sociais que permitem a emergência de negociações entre membros duma comunidade. Para se constituir como um espaço de negociação, os processos museológicos necessitam de implicar todos os parceiros, na base da igualdade e na livre participação. Cada um deverá retirar do processo uma “compensação suficiente”. Essa partilha de resultados implica uma relação solidária, ao invés duma relação de dominação ou de hegemonia.

---

<sup>2</sup> Mayland, Pierre “(2009) Parole de Jonas: essais de terminologie, augmentés de les Chroniques d’un altermuseologie, Lisboa, Cadernos de Sociomuseologia, 2009, n° 38

Pierre Maryland avança mesmo com a proposta do museu ser um espaço adequado para o desenvolvimento de “terapias sociais” onde seria possível ultrapassar conflitos prolongados. Nele podem ocorrer processos de revalorização das relações interpessoais e intergrupos e, através dele, desenvolver processos de reconstrução de novas identidades. Para que isso possa ocorrer, defende Pierre Mayrand, deverão ser priorizadas as vias da aprendizagem<sup>3</sup> sobre a diferença.

Pierre Maryland propõe então como metodologia de trabalho social na museologia uma “Educação Política” através do posicionamento crítico sobre os “*processos de comunicação*” e a compreensão dos sistemas de regulação dos “*jogo do poder*”, inscrita nas práticas libertárias. Estas práticas implicam a resolução não violenta dos conflitos através das metodologias de desenvolvimento do diálogo interpessoal e intergrupos. Estas ferramentas permitirão ao mediador/museólogo intervir na comunidade como interlocutor válido, e em conjunto com a comunidade procurar ultrapassar os conflitos.

No momento é que o consenso se rompe de forma violenta instalam-se profundos traumas que necessitam de tempos, mais ou menos longos para serem resolvidos. Dependendo da profundidade e gravidade do conflito, da agressão ou deferida ou recebida, a presença dum mediador poderá ser uma necessidade para reconstituir as relações rompidas. No caso dos conflitos violentos, entre comunidade ou estado, muitas vezes é necessário reconstruir um processo de reaproximação e reconstrução de canais de comunicação. Mas mais do que comunicação, a aproximação e o reconhecimento só se gera com a reconstrução de laços identitários. É a partilha de valores que consolida a vontade, individual e coletiva, de respeitar os outros. Muitas vezes essa partilha tem que ser reconstruída no processo. Existem múltiplas propostas para atingir estes objetivos. Quase todos eles têm em comum a necessidade de se usarem mediadores, sujeitos capazes de entender os conflitos, as tensões instaladas, as relações de poder em jogo. A proposta de resolução de conflitos por via da museologia tem por base as metodologias da prática da liberdade e da cultura de paz. E nesse sentido a figura do mediador é de especial relevância, não só em relação à compreensão da situação, como igualmente da validade como ser reconhecido como interlocutor válido e a sua ação ser percebida como válida pelos sujeitos envolvidos no processo. (Opcit. pag 1)

Pierre Mayrand propõe nesse texto três questões para reflexão com o objetivo de justificar as premissas que enuncia. A primeira, refletindo diretamente sobre a instituição museal, enquanto forma organizacional universalmente reconhecida, aceite e percebida como de levado valor social. A segunda questão que coloca é sobre o trabalho do museólogo nestes processos. Segundo Maryland o envolvimento da instituição museal na comunidade cria uma implicação sociopolítica e um compromisso com a ação. Ser mediador não significa ser não participante. Um museólogo tem que se implicar como um cidadão solidário. Através do compromisso com a comunidade a medição do museólogo diferencia-se substancialmente das tradicionais negociações ou mediações de conflitos geradas sem implicações e sem participação. Um

---

<sup>3</sup> Apprentissage – É uma questão central no âmbito das Ciências da Educação. A aprendizagem corresponde a um processo de modificação estável dos comportamentos e das atitudes dos sujeitos verificáveis pela sua experiência. O processo de aprendizagem inclui portanto a incorporação dos dados da experiência, individual e social, na sua relação com o mundo exterior e com os outros estabelecendo o processo de coesão social. A coesão social, como um processo constitui-se assim como uma relação antinómica de conservação e inovação onde se afrontam poderes sociais. A rutura ou o conflito eclode quando as forças de tensão dentro da relação se alteram implicando uma superação. A aprendizagem como processo de consciência pode gerar ruturas e conflitos.

museólogo ao trabalhar essencialmente sobre as identidades e sobre as memórias desenvolve um trabalho mais profundo do que uma mediação superficial de conflitos gerados nas tensões do devir e que se constituem na desregulação do social.

Finalmente Pierre Maryland aloca uma terceira questão relacionada com a função social dos museus durante muito tempo dissociada da sua função cultural e científica. Na maioria das vezes, quando se fala e se expõe sobre a sua função social dos museus, diz Maryland, atribui-se ao museu a missão de desenvolver ações educativas, de melhoria dos níveis culturais da comunidade, de valorização de certas práticas sociais na comunidade, de melhoria das condições ambientais. Ora segundo o autor poucas vezes se viu exposições sobre a “ancoragem social do museu”. E Pierre Mayrand pergunta se essa não será a atividade mais óbvia dos museus. Ou seja, considerar os sujeitos da comunidade como a principal função do museu. Em vez de falar para os outros o museu deverá sobretudo falar de si próprio.

Pierre Mayrand conclui este texto com a expressão duma vontade “que nunca mais aconteçam” os genocídios e as guerras, as violências contra os povos e contra os outros. Pierre Mayland afirma, criticamente, que malgrado os grandes museus, as grandes exposições universais, as grandes declarações de compromissos das nações e dos Estados; que apesar disso, tudo continua a acontecer. Mas paralelamente há um conjunto de museus comunitários, que em rede se vão relacionando e tomando consciência da necessidade dos cidadãos se organizarem, e de estimularem os debates sobre a solidariedade.

Pierre Mayrand coloca então quatro caminhos as instituições museais poderem operar como instituições de “reconciliação”. A primeira, o desenvolvimento da formação dos profissionais. A segunda, assunção por parte do ICOM, da importância do trabalho sociopolítico dos museus. A terceira, a necessidade dos museus poderem ser abordados na ótica de “laboratórios de experimentação social”, articulados em redes através do mundo para mobilizar os recursos necessários para a atuação como instituição de mediação. E finalmente em quarto lugar a criação de redes de cooperação para a criação de exposições sistemáticas sobre a agenda política e grandes debates. Em suma, o autor propõe uma interessante abordagem à função social dos museus como mediador, como construtor de diálogos entre culturas. Essa importante função dos museus poderá constituir um caminho de investigação da museologia enquanto instrumento de desenvolvimento das comunidades, sobretudo em contexto de acelerada mutação cultural.

Valerá ainda a pena adicionar a esta questão a reflexão de Mário Moutinho, reitor da Universidade Lusófona que em 2007<sup>4</sup> apresenta uma “Definição evolutiva da sociomuseologia” que apresenta como um campo científico transdisciplinar em permanente atualização. Ciência transdisciplinar porque não se caracteriza pela reivindicação dum objeto ou campo de estudo, mas pela relação das várias áreas do conhecimento mobilizadas para uma intervenção sobre os patrimónios e as múltiplas identidades e heranças.

Segundo Mário Moutinho, “*A Sociomuseologia traduz uma parte considerável do processo de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea.*” A própria conceptualização da sociomuseologia tem evoluído com o tempo acompanhando a crescente globalização do mundo e a complexificação das relações. A sociomuseologia suje hoje empenhada nas questões da valorização dos processos patrimoniais como forma de contribuir

---

<sup>4</sup> MOUTINHO, Mário (2007) “Definição evolutiva de sociomuseologia”, XIII Atelier Internacional do MINOM, Lisboa-- Setúbal

para a produção de sentido social e apresentar propostas de ação centradas nos problemas sentidos e vividos pelas comunidades

Com base nestas duas reflexões, a de Mayland e de Moutinho onde poderemos incluir a questão da proposta da ação da sociomuseologia no âmbito da resolução de conflitos? Justificada a oportunidade de operar a sociomuseologia como um instrumento de resolução de conflitos e de resgate de memórias verificamos que esse objetivo se adequa aos princípios da Nova Museologia na base dos compromissos que o processo museológico estabelece com a sociedade. Essa museologia sobretudo uma “museologia informal”, uma adequação dos processos museológicos à sociedade<sup>5</sup>.

Esta museologia, que Mário Moutinho chama de informal é considerada uma reação de adequação das estruturas museológica à evolução da sociedade. *“Estamos pois a falar de uma museologia informal que se enquadra no conceito mais amplo de MUSEOLOGIA SOCIAL o qual traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea”*(MOUTINHO, 1996, p .2).

Esta museologia informal tem também constituído uma museologia capaz de produzir uma importante inovação nos discursos e nas práticas museológicas e a na busca de novos caminhos para a museologia. Um desafio que o autor lança para defender que a museologia e os seus atores devem procurar novos desempenhar novos papéis. Com a museologia informa a narrativa museológica, com a museologia informal salta definitivamente da esfera da erudição para se inscrever na esfera da participação e da cidadania. Ao museólogo cabe hoje uma responsabilidade de lançar o desafio para uma viagem que não sabe como acaba.

Como diz Moutinho “O que está na verdade ao nosso alcance não é mais que a possibilidade de escolher o princípio do rumo que queremos dar à nossa ação.” (MOUTINHO, 1996 p. 6).Essa vontade de ação, de mergulhar nos problemas do nosso tempo, justifica a utilização da museologia como uma ferramenta na resolução dos conflitos e problemáticas que decorrem da globalização. Uma problemática que encontra em África uma oportunidade de afirmação, face à necessidade de encontrar os caminhos de renovação da museologia em África<sup>6</sup>

## **2. Contributos para uma cultura de Paz**

O campo dos Estudos para a Paz constitui um outro domínio do conhecimento onde a questão dos conflitos e da sua resolução constitui um objeto de estudo. Trata-se dum campo heterogéneo. Oriundo das Relações Internacionais e da Ciência Política, s Estudos para a Paz tem vindo a estudar o fenómeno da guerra e da construção da paz.

Não vamos aqui abordar a complexidade deste fenómeno, que teve tantas tão brilhantes contribuições ao longo dos tempos<sup>7</sup>, nem a teoria liberais sobre a “paz democrática”<sup>8</sup> e de uma pretensa busca dos seus elementos normativos. Vemos abordar o campo dos

---

<sup>5</sup> MOUTINHO, Mário (1996) “museologia informal” , in Boletim APOM II Série nº 3 , pp. 22 - 24

<sup>6</sup> Veja-se sobre esta questão LEITE, Pedro Pereira (2011). Casa Muss-amb-ike: O compromisso no Processo Museológico, Lisboa/Ilha de Moçambique, Maraca D’Água

<sup>7</sup> Lembramos aqui, apenas como exemplo os contributos de Kant e Raymond Aron.

<sup>8</sup> Teoria das Relações Internacionais” que afirma que as democracias nunca entram em guerra entre si.

Estudos da Paz como um campo de inovação epistemológica empenhado na emancipação social<sup>9</sup>.

O momento de renovação dos Estudos para a Paz emerge na década de setenta por via dos trabalhos de John Galtung nas décadas de setenta, por via da introdução das questões dos Direitos Humanos<sup>10</sup> como ferramenta de construção da emancipação social. Eles constituem uma importante rutura com pós-positivismo nas ciências sociais e em particular nas relações internacionais. Aliás é um campo onde se entrelaçam debates interdisciplinares como os estudos do género, os estudos culturais e pós-coloniais. Ele é um campo como salienta PUREZA e CRAVO<sup>11</sup> e onde se cruzam os “estudos de teoria crítica, com o desconstrucionismo e com as novas formulações normativas.” que nos conduzem a novas e inovadoras categorias conceptuais.

Implícita na teoria crítica das Relações Internacionais está a ideia positiva de possibilidade da ciência, através da análise dos fenómenos sociais e políticos, validar e formular “leis gerais internas” que determinam os seus processos. A Ciência Política arvora-se assim portadora dum conhecimento válido que legitima a ação

A teoria crítica nos Estudos da Paz procura ultrapassar o axioma positivista questionando a pretensão de objetividade do conhecimento através da sua descontaminação de quaisquer preconceitos do sujeito (Pureza e Cravo, 2005; 6). O seu debate epistemológico interno, plural nas suas correntes pós-positivistas assumem uma mesma vontade de rutura com os discursos fundados nos grandes desígnios da intervenção nos conflitos com o objetivo de criar um “mundo de paz” (ausência de conflitos inter – estados, intergrupos e promotora de uma cultura de Paz), um discurso que como diz Pureza e Cravo (op.cit) “ *os Estudos para a Paz vêm-se tornando, designadamente desde a década de noventa do século XX, num domínio conceptual e analítico chamado a alimentar políticas públicas em grande medida integradas na condução do sistema internacional pelos seus actores dominantes (desde as principais agências de financiamento até às plataformas de governação global, passando até pelos Estados que controlam os mecanismos de decisão internacionais*”

Onde estão portanto os elementos de inovação que os Estudos para a Paz podem adicionar aos processos de resolução de conflito nas comunidades e para o estabelecimento de políticas públicas que enfrentem os problemas emergentes dos processos de globalização. Thomas Khun<sup>12</sup> na sua “Estrutura das Revoluções Científicas” apresenta a relação entre o paradigma e mapa de conhecimento. No paradigma estão incluídos os elementos fundadores da visão do objeto de análise, sendo

---

<sup>9</sup> Uma boa síntese deste debates encontra-se no texto de José Manuel Pureza (2011), “O Desafio Crítico dos Estudos para a Paz” in Revista de Relações Internacionais, nº 32, Lisboa, pp 5-21. O texto resulta da Prova de Agregação do autor como Professor de Relações Internacionais na Universidade de Coimbra.

<sup>10</sup> Em setembro de 2011 apresentamos no VI encontro de Museus de Língua Portuguesa, uma comunicação com o nome “Museologia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Campos emergentes de investigação-ação na globalização” onde abordamos esta questão.

<sup>11</sup> Pureza e Cravo (2005), “Margem Crítica e Legitimação nos estudos para a Paz”, in Revista Critica de Ciências Sociais, n 71, junho, pp 5-19

<sup>12</sup> Khun, Thomas (2010). A Estrutura das Revoluções Científicas, Lisboa, Guerra & Paz

que o mapa do conhecimento constitui o conjunto de percursos partilhados por esse conjunto de cientistas. Essa relação que se produz no interior do campo epistemológico autoalimenta-se e reproduz-se a si mesma definindo um “conjunto doutrinário sacralizado” por via da definição de valores, normas de ação e definições de avaliação dos desvios, ao mesmo tempo que constitui uma grelha de análise dos fenómenos que analisa. Ou seja na análise dos fenómenos está implícita a conceptualização desse mesmo fenómeno, sendo que os seus resultados resultam mais dos elementos estruturais que as determinam, do que qualquer elemento externo a esse mapa conceptual predeterminado.

No positivismo científico os fatos observados são selecionados e ordenados no seu devir para justificar a ordem de valores como justificação epistemológica; a construção do mapa conceptual é determinada pela padronização dos elementos hegemónicos. O valor do mercado é colocado no centro, os indivíduos e os estados são subordinados à lógica de dominação/competição.

A rutura que os Estudos da Paz tem vindo a permitir desenvolver no campo da epistemologia crítica, com base num duplo desafio: o de desenvolver uma ontologia e uma metodologia emancipadoras, e o de assumir a atividade política com parte integrante dos Estudos para a Paz (Pureza, 2011). Ou seja, tal como já acima verificamos para a museologia, os desafios dos Estudos para a Paz implicam uma ética e uma práxis. Vejamos então quais são as principais linhas dinâmicas de mudança que o autor identifica neste debate.

Um primeiro desafio de mudança é o da ultrapassagem da situação de colonialidade porá a construção dum futuro comum” (Pureza, 2011, 18). Nos estudos pós-colónias emerge como vetor de análise a questão da violência, da radicalidade das violências sobre os seres humanos e para além das violências diretas, as violências estruturais e culturais que permitem a emergência de discursos e situações de hegemonia e que implicam discursos e ações emancipatórias com base nas ações comuns. São campos de análise que permitem denunciar violências sobre os indivíduos e sobre os seus processos de experiências de vida. Sejam essas violências laborais, migratórias, de género que se manifestam na negação das autonomias do eu. Um desafio que o autor assume com base na “descolonização dos Estudos para a Paz”.

Um segundo desafio de mudança nos Estudos para a Paz é o de ultrapassar a visão maniqueísta do real, com base na oposição dos pares. A observação do real não pode ser determinada pela inclusão em categorias pré-concebidas e exteriores a elas próprias. Assim, por exemplo o conceito de guerra não se opõe ao conceito de paz, sendo necessário considerar que em ambos e entre eles existem múltiplas situações de indefinição. A agenda dos estudos para a paz permite hoje incluir na sua fenomenologia questões que podem ser abordadas como “novíssimas guerras”<sup>13</sup> onde a questão das

---

<sup>13</sup> O Conceito introduzido pelo autor na obra citada, é posteriormente desenvolvido por Tatiana Moura (2010) em “Novíssimas Guerras - Espaços Identidades e Espirais de Violência Armada”, Coimbra, Almedina. Segundo a autora as novas guerras que se tornaram visíveis zonas de indefinição no campo dos

diferenças de escalas de observação são particularmente pertinentes. Neste campo ainda convém ainda abordar os contributos das questões do género que tem permitido reconhecer que a questão do conflito resulta da formação dum determinado sistema cultural que formula indivíduos com base em valores desiguais. ~

Finalmente num terceiro desafio de mudança nos Estudos para a Paz tem por base a crítica á ortodoxia racionalista e naturalista que aborda a paz como um estado utópico, de impossível concretização, derivada na essência competitiva da natureza humana. Um paradigma que tem vindo a ser enfatizado a partir dos estudos sobre biologia de Darwin. A especialização dos mais aptos para a sobrevivência em ambiente hostil, aplicado à humanidade ignora em grande parte a importância da agregação de especialização em conjuntos. O desafio da teoria crítica dos Estudos para a Paz passa por ultrapassar a visão da paz como utopia e assumir a paz como um projeto emancipador das autonomias individuais e dos grupos. Trata-se de criar uma prática política que ultrapasse a violência como modo de resolução dos conflitos. Uma resolução que implica o reconhecimento das diferenças e da prática discursiva como mecanismo de comunicação na construção das cartografias do futuro.

Como diz Pureza “*Resgatar o potencial emancipador dos Estudos para a Paz passa por rejeitar a existência de qualquer ponto arquimédiano imposto como suposta objetividade exterior às vidas e em torno do qual se estruturam cartografias de violência com a sinalização de violências a ter em conta e violências negligenciáveis*”, implicando a sua ultrapassagem a focalização no quotidiano pessoal. (op cit, 20)

A proposta de focagem no quotidiano pessoal, na mobilização da experiencia dos indivíduos para a construção de diálogos sobre as suas vontades de futuro constitui-se assim numa proposta de ação para resolução de conflitos que resultam de situações de colonialidade e violência. A seguir abordaremos a aplicação da nossa proposta no contexto dos Estudos Africanos.

### **3. A intersubjetividade na museologia. O olhar dos estudos africanos para a resolução dos conflitos**

A nossa proposta de abordagem da questão da resolução de conflitos na museologia parte das práticas nas metodologias qualitativas. Foram museologia que aplicamos em Moçambique e tiveram por base objetos biográficos<sup>14</sup>.O uso de objetos biográficos<sup>15</sup> na museologia não

---

conflitos armados, onde emergem novos protagonistas e novas formas de violências, se retro alimentam em espirais de conflitos de intensidade crescente.

<sup>14</sup> Veja-se Leite, Pedro Pereira (2011). Casa Muss-amb-ike: O compromisso no processo museológico, Lisboa/Ilha de Moçambique, Marca D'Água.

<sup>15</sup> Consideramos neste artigo, objetos biográficos as narrativas biográficas e as histórias de vida, recolhidos por um investigador em contexto de investigação; as autobiografias, diários, memórias, correspondências e testemunhos, recolhidas ou elaboradas pelos próprios ou por um investigador, direta ou indiretamente. Os objetos biográficos podem ainda constituir em torno textos, fotografias, filmes, documentos pessoais ou outros documentos sobre os sujeitos recolhidos para fins de investigação.

constitui propriamente uma novidade<sup>16</sup>. São diversas e plurais as narrativas museológicas partem duma proposta biográfica. A biografia, estrito senso, assume-se como um estilo literário com raízes na antiguidade clássica europeia, em que um autor narra uma vida, individual ou coletiva. A sua ligação à museologia, ou a narrativas museológicas emerge na Europa setecentista e está documentada por via da história dos museus e das coleções. Em “*latu senso*” os museus nacionais constituem como biografias sociais, onde a construção dos sentidos é feita através da produção de objetos simbólicos, que se constituem nessas narrativas como objetos socialmente qualificados, consumidos pelos diversos membros do corpo nacional, pela sua função exemplar geradora de pertenças. Para além da sua forma literária, uma biografia constitui-se como uma proposta de construção de sentido através de um caminho, individual ou coletivo, sendo utilizada de múltipla formas em diversos contextos sócias e culturais.

Deixamos de lado outros objetos e concentramo-nos aqui no “olhar biográfico”<sup>17</sup> a partir duma perspectiva sócio biográfica. O nosso propósito neste artigo é refletir sobre os desafios metodológicos para a museologia de integrar estes objetos biográficos como uma prática de investigação-ação para a transformação social com base numa cultura de paz e solidariedade

Partimos da premissa teórica da sociomuseologia que, como acima verificamos traduz um esforço de adequação dos processos museológicos aos condicionalismos das sociedades contemporâneas (MOUTINHO, 2007).

O processo de investigação sobre objetos biográficos tem vindo a implicar uma reflexão sobre o sujeito implicado nas narrativas; seja do investigador sobre o seu objeto de investigação ou seja do narrador de si mesmo como implicado na construção duma memória de si, que se constitui como um processo de formação da consciência de si e das suas ações. Esta problemática tem vindo a ganhar espaço de reflexão na academia<sup>18</sup>, e herda um património que tem vindo a ser trabalhado por várias abordagens das ciências humanas. A sociologia na escola de Chicago inicia a utilização deste objeto por volta da década de vinte do século passado. A questão das abordagens biográfica, uma metodologia qualitativa, será submersa pela emergência do quantitativo no pós guerra. Nos anos sessenta a historiografia inglesa influenciada pela escola dos Anales, através da História Oral, inicia nesta ciência uma abordagem metodológica a resgate de memórias e eventos do movimento operário por via de entrevistas a indivíduos que testemunharam os acontecimentos. Paralelamente, na década de sessenta, a emergência das independências africanas, conduzirá a um desenvolvimento das metodologias sobre História Oral aplicadas às comunidades “sem história”.

Ainda nos anos sessenta, no âmbito das políticas culturais defendidas pela UNESCO, procede-se em vários territórios africanos à recolha e registo de tradições orais, sejam por via dos contos tradicionais, seja por via da música, da dança ou do trabalho<sup>19</sup>. Esta tradição entroncava por sua vez na tradição europeia nacionalista que havia, durante o século XIX, fixado através da escrita a “tradição” distintiva das nações, como resgate da modernidade universal iluminada. Nos anos setenta do século passado, a antropologia e a educação “apropriam-se” desta metodologia

---

<sup>16</sup> Veja-se LEITE, Pedro Pereira (2012) Olhares Biográficos, A Poética da Intersubjetividade na Museologia, Lisboa/Ilha de Moçambique, Marca D'Água

<sup>17</sup> Na feliz expressão de Elsa Lechner (2009) in Histórias de Vida: Olhares interdisciplinares, pp 5-11

<sup>18</sup> Uma síntese deste debates encontra-se publicado na obre coordenada por Elsa Lechner, que resultou dum encontro internacional em 2007. Mais recentemente, Elsa Lechner através do CES da Universidade de Coimbra promoveu um “CES Summer Course sobre “Lives and history: a comprehensive course on biographies and society” Lousã 2011.

<sup>19</sup> Uma atividade que dará origem a vários museus. No caso de Moçambique, veja-se LEITE, 2011

qualitativa para abordagem de relação de subjetividade construída pela “história de vida” como processo formador.

Interessa-nos agora argumentar sobre as vantagens metodológicas da utilização das narrativas biográficas no âmbito dos processos de museologia para resolução de conflitos. A utilização das metodologias qualitativas nas ciências sociais inclui hoje as problemáticas da intersubjetividade.

O que é analisado transcende a relação tradicional entre o sujeito-objeto que funda a ciência moderna, para se situar no campo da interação entre os sujeitos produtores de conhecimento perante a consciência do seu próprio conhecimento como relação dialética de superação. Uma dialética em que a consciência de si como ser social e experiencial é ao mesmo tempo catalisadora de consciência de si através da ação. Uma ação comunicativa que se traduz na narrativa de representação que contem, para além de ser individual o ser social. Como uma meta narrativa que contem uma pluralidade de histórias individuais que se constituem como fragmentos discursivos duma narrativa comum

Uma narrativa constitui-se como um enunciado comunicacional, onde o emissor produz um discurso em função do destinatário. Ainda que essa narrativa seja feita no foro privado, ela constitui-se como um discurso reflexivo, onde o resultado alcançado depende mais da consciência do sentido. Uma reflexividade que é tanto mais evidente quanto sabemos que no domínio da investigação, seja por parte do investigador que utiliza a metodologia, seja por parte do objeto de investigação, que não há uma neutralidade na representação. Os discursos, como ação implicam sempre uma vontade. Desse modo a produção do sentido na narrativa biográfica constitui como uma epistemologia<sup>20</sup> e como um fenomenologia<sup>21</sup> que se verifica no domínio da intersubjetividade<sup>22</sup>.

Os objetos biográficos transportam uma densidade de significados que compõem as experiências dos sujeitos, as suas expectativas de ação e a natureza relacional onde a interação se processualiza. Esta riqueza pode ser apropriada pelo olhar museológico para construir uma prática de relacionamento entre o individual e o social ou vice-versa, na medida em que para além da sua natureza reflexiva, como forma de consciência do real a interação biográfica assume-se como uma prática de integração de dados e com uma prática transformacional.

É neste último domínio, da utilização das práticas biográficas nos processos museológicos, que queremos salientar a sua pertinência como um elemento catalisador de processos de prática de transformação social. O olhar biográfico transporta um ato de narração. Uma ação de relatar a experiência vivida como construção do seu sentido. Esta arte do conto como reflexo do mundo experienciado, traduz o questionamento sobre a adequação da experiência a cada situação presente. Uma inquietação que é gerada em função das perspetivas de futuro

A experiência biográfica pode constituir-se assim mais do que uma mera “arte do conto”. Ao colocar o sujeito como construtor da suas próprias narrativas biográficas, ao criar um “olhar biográfico” sobre si mesmo, ao aceitar expor-se e revelar-se como sujeito da história, a prática da narrativa biográfica na museologia permite a abertura duma janela para a inclusão de “narrativas sociais”.

---

<sup>20</sup> Aqui entendido como uma filosofia do conhecimento, como o método de avaliar e validar a produção do conhecimento.

<sup>21</sup> No sentido Husserliano do termo como estudo da consciência e dos objetos da consciência

<sup>22</sup> Aqui entendido como um campo da ação dos indivíduos em contexto social. Uma ação processual pode consciente, perceptiva ou intuitiva.

A construção da narrativa social processa-se então numa dupla dimensão processual. No plano do indivíduo comunicante que processualiza a experiência individual em função do recetor da mensagem; e no plano do indivíduo como ser social, que igualmente se concretiza através do processo comunicacional, que transporta a consciência social do mundo. É nesse ato de comunicação que se processualiza a adequação dos saberes das comunidades, enquanto herança social, para a reconstrução dos sentidos e das orientações do social.

Para a museologia, mais importante do que a narração do indivíduos e da sua experiência individual é essa possibilidade de explorar através duma biografia de indivíduos as narrativas sociais. Ou seja a possibilidade de através do conjunto de narrativas individuais reconstruir sócio narrativas. É nesse sentido que a museologia tradicional se constitui como uma sócio narrativa. É também nesse sentido que a proposta da nova museologia pode inovar na construção de processos museológicos e ser usada para resolução de conflitos por via da superação das questões que fundamentam o conflitos e permitem a reconstrução de novas sociabilidades no âmbito duma cultura de paz.

Assumir a sociomnese como sócio narrativa implica explorar o potencial da memória de vida para gerar consciência do social no indivíduo e de através dessa consciência social permitir gerar ações solidárias e a construção dos saberes mestiços. Não nos interessa propriamente a construção de narrativas sobre objetos socialmente significativos, sobre monumentos ou patrimónios, mas interessa-nos essencialmente a experiência processual implica na construção dos sentidos. Implica essa postura a adição à função social dos museus, a de um espaço de experimental, o de um laboratório que concentra as tensões sócias para libertar as suas energias criadoras. Independentemente do lugar e da configuração organizacional, m processo museológico é um processo de criação e de inovação social.

É esse movimento de produção de novidade através da reconstrução dos sentidos que se constitui como um movimento libertador, um momento que ao ser socialmente partilhado se constitui com criador de solidariedades pela emergência da consciência da alteridade. Um processo intersubjetivo por se recentra no processo gerador. Através do processo museológico centrado nas narrativas sócio biográficas a museologia centra-se na captura do essencial da transformação, do movimento. Um desafio para a museologia de captar o movimento no interior da permanência o movimento transformador pela própria experiência de participação.

O utilização das metodologias sócio biográficas permitem recentrar a produção dos saberes nos indivíduos como produtores das suas próprias experiências e permitir o exercício de construção dos sentidos do social solidário. Se o exercício de biografização, a produção individual de sentidos é um momento experiencial, potencialmente libertador pela verbalização ou pelo ato performativo; o desafio essencial das metodologias biográficas decorre no processo da formação da consciência do individual como parte do social. É nesse diálogo entre o “eu” (na sua múltipla dimensão consciente e inconsciente) e os outros (também nas suas múltiplas dimensões), entre as linguagens da alteridade, que emerge o saber mestiço. Um saber que se alicerça na partilha das experiências como vontade de futuro.

Como método de conhecimento a biografia e a narrativa biografia é simultaneamente um modo de conhecimento onde os autores se assumem como produtores conscientes dos caminhos das suas vidas. Desse modo, o processo de conhecimento obtido não é apenas referencial (construído pelos currículos predeterminados) mas é um saber que decorre da experiência prática intercultural (do ato de narrar, do ato de pensar, do ato de partilhar, do ato de

transformar, do ato de sentir, do ato de imaginar) integral. É esta capacidade transformadora que constitui a riqueza epistemológica dessa proposta na museologia e que a permite alicerçar no interior dum paradigma emergente da transição no interior duma ecologia de saberes para uma emancipação social.

Ora, como afirma Elsa Lechner “*Independentemente do olhar disciplinar de onde se parte, as histórias de vida e relatos de experiência têm ainda o poder de emancipar. Desde logo porque levam a tomadas de consciência, porque depois ultrapassas a fronteira dos estereótipos e permitem ao sujeito ressituar-se face à sua história e papéis sociais. Assim conceber a pesquisa biográfica também nos seus efeitos significa reconhecer a carga política que comporta, quer como método, quer como forma de apreender as realidades humanas* (Lechner, 2009, 9). Importa também reconhecer às narrativas biográficas, quando assumidas como narrativas sócio biográficas, como temos vindo a defender, o seu valor epistemológico como processo de partilha solidária de experiências significativas para a construção dum mudança participada onde o local se funde no global.

Uma possibilidade de superação dos conflitos. Não se trata já de reconhecer a apenas a esta metodologia como um processo intersubjetivo entre o sujeito narrador e o objeto de investigação. Implica igualmente reconhecer o seu potencial transformador pela ação.

### **O processo transformador: propostas de abordagem na museologia**

Abordamos agora de forma sucinta algumas propostas de integração das narrativas sócio-biográficas nos processos museológicos. No âmbito da nossa tese de Doutoramento (LEITE, 2011) explicitamos a metodologia da sociomnese aplicada num contexto territorial delimitado. Como então verificamos, a delimitação do espaço-tempo é uma das categorias de orientação que mais facilmente permitem a contextualização dos sujeitos. É uma contextualização que permite uma observação da realidade vivida ao mesmo tempo que observar e ao suscitar uma ação comunicativa de descrição desse objeto se gera uma mediação entre o mundo real e a consciência de pertença e não pertença a esse mundo. A emergência da consciência da participação num determinado conjunto é uma das medidas de agregação comunidade. A coesão das comunidades como medida de agregação é geralmente operada por via da participação nos processos comunicativos sejam eles rituais ou não.

Nesse contexto, poderemos ainda mobilizar o conceito de comunidades abertas, como comunidades onde as suas heranças são processuais, vividas em rede; por contraponto às comunidades fechadas, se constituem como espaços sociais hierárquicos, que procuram fixar os seus rituais, cristalizando os patrimónios e as heranças e que se constituem como espaços pouco dinâmicos à inovação. Analisar comunidades e as organizações sociais em função dos seus contextos de agregação em busca das dinâmicas processuais implica reconhecer que as mudanças e as permanências são processos de tempos diferentes. Por exemplo, nas ciências sociais, usualmente usamos a questão do confronto entre a tradição e a modernidade, para exemplificar esta oposição entre o fixo e o móvel. Como sabemos, a perceção do passado e da tradição constitui-se como um invenção que se reajusta permanentemente no presente. Tal como a modernidade acentua a perceção de mudança. Analisar essa tensão fora das dinâmicas de contexto de transformação pode constituir-se como uma falsa questão, pois ela apenas revela que as coisas mudam sem entender porque é que mudam e qual o papel da ação dos sujeitos na possibilidade de mudança.

É por essa razão que a categoria de espaço-tempo nos é útil para a geração de ações museológicas, na medida em que uma análise de um qualquer objeto permite a reconstrução do real no interior duma comunidade. Um real intersubjetivo que tem por base um conhecimento socialmente partilhado. Um qualquer objeto participa no que poderemos chamar “modos de vida” da comunidade através do olhar do sujeito. Nesse sentido cada olhar sobre os objetos constitui-se como vimos simultaneamente como um olhar biográfico e como um olhar sócio-biográfico. É através dessa relação reflexiva que conhecemos o mundo e através desse conhecimento podemos atuar.

Um qualquer objeto, ao ser socialmente reconhecido, implica a geração dos processos de pertença (discriminação, conjugação e agregação), através dos quais se reconstroem os sentidos do mundo ou a sua inteligibilidade. Em tese, qualquer reflexo do mundo permite a reconstrução e a representação desse mundo, não na sua dimensão real, mas como representação dos seus sentidos, de forma intersubjetiva. Através dos objetos, um qualquer sujeito participante numa comunidade, reconhece mais ou menos intensamente os tempos e os espaços sociais, os modos de relacionamento com o espaço, as formas de organização social. Um objeto transporta sempre um significado que é atribuído pelo sujeito que o observa como um reflexo a consciência do mundo desse mesmo sujeito. Um objeto é sempre um estímulo que gera um pensamento, um sentimento, uma sensação ou uma intuição que vindo do mundo exterior ao indivíduo gera ação. Por essa razão que a intersubjetividade, ao centra-se nos processos inter-relacionais que ocorrem no campo da fenomenologia do social procura ultrapassar os limites do paradigma da racionalidade da ciência positiva, onde um objeto é isolado do sujeito que o observa. Ao assumir que a observação influencia o resultado do que se vê a fenomenologia do social coloca as relações processuais dos indivíduos no espaço e no tempo da probabilidade ao mesmo tempo que abre um espaço de autonomia, para os indivíduos. Um espaço de autonomia que se constitui como uma liberdade. Uma liberdade que pode ser usada para a emancipação ou para a regulação.

Regressando à questão do fator de catalisador da transformação num processo museológico emancipador e solidário já apresentamos a proposta museológica de fundar um círculo museológico<sup>23</sup> constituído por um qualquer grupo de participantes. (Leite 2011). Um círculo que tem por base a proposta de Paulo Freire. Na nossa tese de doutoramento utilizamos a imagem,

---

<sup>23</sup> Esta proposta, na altura feita com base nos trabalhos de Paulo Freire, encontra uma tradição nos círculos hermenêuticos. Esta figura da retórica clássica remete para a lógica interna da compreensão de um textos, a regra da crítica hermenêutica, uma regra segundo a qual é necessário analisar um documento (ou um texto) no seu todo a partir das suas partes constituintes, e as suas partes constituintes como um todo. O princípio de que a compreensão dum objetos não se encontra explicita nesse objeto, mas resulta dum processo de diálogo entre o sujeito que conhece e esse objetos. Um diálogo que é feito por aproximações sucessivas. Por isso a ideia de círculo, como um movimento repetitivos. No entanto esta imagem seria mais intuitiva se associa-se a forma de espiral, onde efetivamente o diálogo resulta simultaneamente numa maior aproximação e aprofundamento facilmente. A influência desta imagem de círculo terá chegado a Paulo Freire por via do trabalho de Martin Heidegger sobre os trabalhos de Georg Simmel. O mundo como vontade e representação herdados de Schopenhauer, onde a consciência é um processo dinâmico de transformação do real. O círculo hermenêutico é o processo onde se pré-reconhece (uma intuição) uma forma, a partir da qual de dá mais atenção ao detalhe (a consciência de). A revelação dum sentido, constitui uma janela a partir da qual de reconstrói o sentido. A vantagem da metáfora do círculos, que expressa simultaneamente o dialogo do pensamento do individuo e a sua interação com o grupo, é justamente o de se acrescentar ao eu os outros, para em ação, ao verbalizar uma ideia assumir a consciência dessa ideia e ao mesmo tempo de a partilhar com os outros, dispondo-nos a aceitar outras leituras e gerando interações. Estamos portanto no domínio da intersubjetividade.

como elemento gerador. Agora propomos, para nos centramos na geração dos indivíduos, a narrativa biográfica como elemento gerador.

Propomos partir das próprias histórias dos indivíduos, pela sua partilha em grupo, reconstruir uma consciência desse mesmo grupo e da sua história comum. A utilização das narrativas biográficas em contexto das ciências do homem, como já acima referimos, não é uma novidade. Elas têm sido usadas em diversos contextos, quer pelas disciplinas teóricas quer pelas disciplinas práticas. No primeiro caso já falamos da sociologia, da história, da antropologia; no segundo caso temos a psicologia que as usa como processo terapêutico individual, ou de grupo, pela educação, sobretudo de adultos. Poderíamos igualmente falar da literatura, onde a biografia se constitui como um género; na comunicação social, onde a história narrada pelos próprios ilustra um problema abordado; ou em inúmeras aplicações, por exemplo nos estudos de género e com minorias para empoderamento social, etc. O que agora propomos, o de usar as narrativas biográficas para a resolução de conflitos no âmbito dos Estudos Africano, também não é necessariamente uma novidade. Nem tão pouco tão pouco é novidade a utilização dos processos museológicos com base nas narrativas biográficas para resolução de conflitos.<sup>24</sup>

Considerando que a museologia de diferencia mais pelos processos que utiliza do que pelo seu objeto de estudo, a utilização das narrativas biográficas, como temos vindo a defender, constituem uma importante ferramenta de trabalho para a construção dos processos museológicos orientados para a resolução de conflitos. É essencial que os processos museológicos abram a possibilidade da participação dos indivíduos nos seus próprios processos de transformação social. Uma participação que tem por base os seus saberes e que se constitua como potenciadora da sua emancipação. Uma emancipação que tem por base a sua liberdade e a sua pertença ao grupo.

Esse potencial pode ser desenvolvido pela museologia participativa e solidária por via das narrativas biográficas. Na metodologia que propomos, partindo da constituição do círculo museológico, apresentamos ao grupo uma proposta de trabalhar as suas histórias de vida. A vida vivida e a experiência de cada um colocada em cena constitui o elemento catalisador dos trabalhos do grupo. As histórias de vida podem ser narradas ou representadas em atos cénicos, ou de dança, por música, por outras artes gráficas ou expressões estéticas. Mas a narrativa de cada indivíduo, contada e partilhada entre todos no grupo constitui apenas o primeiro desafio. Um desafio onde cada um se expõe ao grupo, narrando a sua identidade, com os meios que considere mais expressivos da sua personalidade.

O desafio contudo, não é o de narrar a individualidade. Esse momento é no entanto muito importante para a criação duma consciência de si e o empoderamento de cada um. Ele deve e pode ser trabalhado em grupo, através por exemplo de exercícios de representação do outro. A criação da consciência de si pela narração do outro, seja pelas palavras, seja pelo corpo, seja por símbolos ou desenhos. Desse momento de vivência e partilha da individualidade, em que cada um se reconhece através do outro, cumpre ao museólogo desafiar o grupo para a criação duma narrativa comum. Essa segunda fase do trabalho é a mais complexa e a que poderá ou não determinar um processo partilhado de emancipação social. É também esse o processo que distingue a museologia das demais formas de utilização das metodologias de histórias de vida como catalisadoras de inovação. O de procurar comunicar um processo coletivo de transformação. Nessa busca de transformação entre a consciência de si e a consciência de

---

<sup>24</sup> Num outro texto que se encontra no prelo “Sociomuseologia e globalização” trabalhamos alguns destes exemplos. Consultar os meus working papers em [www.academia.edu/pedropereiraite](http://www.academia.edu/pedropereiraite)

pertença social, pelo reconhecimento individual numa primeira fase, e num reconhecimento coletivo numa segunda fase que se concretiza a investigação-ação. A partilha do grupo pode ser uma partilha com outros grupos ou ponto de partida para outros reconhecimentos<sup>25</sup>.

O desafio das hermenêuticas sócio-biográficas transporta três desafios para o museólogo. São três desafios que decorrem da sua opções pelas metodologias de investigação-ação. Por um lado implica o seu próprio reconhecimento como agente de mudança num mundo em transformação. A sua implicação na investigação é, como experiencia pessoal um processo de mudança pessoal. Por outro lado, ao propor ao círculo museológico os objetos biográficos como instrumentos de trabalho para construção de sócio-narrativas, está lançar o desafio do desenvolvimento de processos de investigação em contexto, isto é o desenvolvimento de ações de investigação em situações de vida concreta. Cada participante do grupo é um ser autónomo e livre, com um percurso e com vontades. Cada um, ao colocar e disponibilizar as sua própria experiencia pessoal e social coloca-se em situação integral no grupo, transportando simultaneamente os processos sociais em que está envolvido e os processos das configurações sociais em que participa. O círculo museológico, sendo uma situação laboratorial é também, em simultaneamente uma situação experiencial. A participação no grupo é essencialmente experiencia de vida.

Finalmente, decorrente deste última questão, a situação de experiencia de vida em grupo, vivenciada pelos diversos membros implica o reconhecimento duma dimensão política da ação. As ações a desenvolver envolvem opções alicerçadas em valores e em princípios éticos. A ação do museólogo é uma ação solidária na busca e na partilha dos saberes. É nessa base que o museólogo é desafiado a agir.

As relações estabelecidas entre o museólogo e o seu grupo são portanto relações de diálogo onde ocorrem tensões, aproximações e conflitos, negociação e compromissos. A ação do museólogo é uma ação de transformação. Uma ação que trabalha com emoções, afetos, intuições e saberes diferenciados na busca de plataformas de diálogo para ações comuns. As ações a desenvolver podem ser portanto diferenciadas, plurais e multiformes. Não existem formas finais predeterminadas, nem existem regras predefinidas. O contexto é que determina o guião e os objetivos a atingir.

O desafio de resolver os conflitos resulta da transformação de cada um pela participação em grupo, através da encenação da sua própria vida. O desafio do seu reconhecimento como processo de transformação. Um processo de aprendizagem que tem por base a dignidade do ser humano, a sua capacidade e a importância como ser. Esse processo de aprendizagem exige um reconhecimento de três valores integrais, que emergem do ser e se constituem como limites da ação. O reconhecimento jurídico da individualidade de cada um, que implica o reconhecimento da sua liberdade; o reconhecimento da capacidade de amar, no sentido de reconhecer o belo e a harmonia das complementaridades; e o valor da solidariedade, no sentido da implicação com os outros na criação dos sentidos comuns (Honneth, 2011: 229).

Este reconhecimento defendido por Axel Honneth com base nos escritos de Hegel, remete para uma fundamentação da gramática dos conflitos sociais, que constitui a essência da tese de Teodoro Adorno. *“Delinea-se assim a ideia de uma teoria crítica da sociedade, na qual se deverá explicar os processos de transformação social referentes às pressões normativas*

---

<sup>25</sup> Esta constitui o modo de organização do nosso projeto “heranças globais” que nos encontramos a desenvolver

*estruturalmente ínsitas à relação de reconhecimento recíproco*” (Honneth, 2011: 8). A partir desta lógica de análise dos conflitos sociais, da análise do desrespeito pelos estatutos jurídicos, pela estética e pela ética,

A descoberta do outro com reconhecimento do eu é um exercício que esta metodologia favorece. Criar uma consciência sobre o outro que permite criar laços de confiança. A confiança é a base do reconhecimento. É sobre esses laços de confiança que vamos construir as nossas propostas de ação.

O desenvolvimento desta pedagogia relacional conduz-nos a um exercício sobre a memória. As memórias, como sabemos são fluidas e parcelares. Quando trabalhamos com o campo da memória sabemos que a sua reconstrução não é efetuada linearmente sobre uma linha de tempo constante. Há fatos que se realçam e que se interconectam com outros acontecimentos, que acabam por revelar outros. A colocar a vida em ação é também treinar a memória e sobre o esquecimento. O confrontar-nos com o outro. O “*encountring*” que é inglês tem o sentido de momento de revelação face ao outro, de surpresa ou de inesperado perante a descoberta. Essa experiência apenas acontece quando ousamos enfrentar a ação com o outro. Esse é um desafio das nossas sociedades. O desenvolver a consciência sobre o outro, o desejo de conhecer o outro e a consciência da diferença. Essa é também uma forma de combater a alienação com que a globalização hegemónica procura colocar os indivíduos como consumidores.

Mas a linguagem biográfica é também uma experiência do mundo. É um modo de desenvolver a investigação-ação implicando-se no diálogo social e no resgate dos saberes. A museologia crítica assume assim uma proposta para a participação na resolução de conflitos mobilizando as propostas de trabalhos sobre a intersubjetividade. A resolução de conflitos assume-se assim não como uma utópica ideia de harmonia social, mas como um processo de transformação por resolução de tensões. Os conflitos podem ser resolvidos por integração em processos de transição ou envolvendo-se em estruturas já existentes.

Podem inovar integrando narrativas biográfica e sócio biográficas previamente existentes, transformando-as de forma dinâmica, criando novas narrativas. Estar entre a materialidade (a imagem do mundo) e a conservação (a representação do mundo) transforma-se na essência do trabalho museológico na resolução de conflitos. Responder às questões quem somos, onde estamos, porque estamos juntos, porque devemos resolver os nossos problemas integrando a participação de todos implica a seleção de objetos e práticas que são comuns. Ao reconhecer objetos comuns estamos a construir as pontes dos reencontros.

A museologia assume assim uma nova dimensão narrativa. Já não se trata apenas de construir uma narrativa. De dar a palavra aos outros. Assume uma clara vocação transdisciplinar de em paralelo com a palavra dar também corpo, o espírito, o sentimento a emoção. O desafio de contar histórias para transformar o mundo, na feliz expressão de Madelin Fox<sup>26</sup>.

Em síntese o desafio transformacionista na resolução dos conflitos é trabalhar pequenas histórias, autobiográficas, onde o eu é confortado com os outros, o eu é confrontado com o grupo, o grupo é confrontado com a sociedade, para a partir da ideia de comunidade organizada refletir sobre a sua arquitetura e construir uma utopia. Criar um lugar para além do conhecido.

---

<sup>26</sup> FOX, Madeline e SOLINGER, Richie (2008). *Telling Storys to change the world, Global Voices on the Power of Narrative to Build Community and Make Social Justice Claims*, New York, Taylor and Francis

Um trabalho que se insere nas dinâmicas das buscas das essências, no trabalho sobre os contrastes. Procurar contrariar os estereótipos e captar as impressões e as permanências.

A ideia central duma prática museológica empenhada na mudança social é capturar a ambivalência. Olhar para o que está em transformação, para as polaridades dinâmicas, para construir um diálogo com base em valores e numa ética da consciência <sup>27</sup>. Enfrentar A questão da linha abissal entre o que é visível e o que não é invisível, permitindo que a poética se revele como fenómeno transcalar.

---

<sup>27</sup> A consciencialização no sentido atribuída por Lacan (Mindfulness), implica simultaneamente uma reflexão e uma prática. Na atitude reflexiva, deve-se procurar o discernimento. Os pensamento devem ser analisados pausadamente, devem-se perseguir as perceções ao mesmo tempo que se exploram as sensações do corpo. Ao mesmo tempo essa atitude reflexiva deve ser combinada com uma ação física que permita libertar a sabedorias produzida pela reflexão. O objetivo é procurar sentir e construir uma harmonia entre o mundo interior e o mundo exterior, através do modo como o pensamento flui e interage com o mundo das sensações. E desse relação que permite a emergência da sabedoria, no sentido da descoberta do sentido das coisas